

POLÍTICA

politica@j.com.br

LUCIANA MÜLLER
lmuller@j.com.br

Emprego novo

O ex-prefeito de Itupeva, Ricardo Bocalon (PSB), perdeu o posto de chefe do Executivo no início do ano, mas não ficou muito tempo 'desempregado'. Foi nomeado pelo governador Alckmin, nesta semana, como diretor Administrativo do Conselho Técnico-Administrativo da Univesp - Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo, por quatro anos. Ele é professor por formação.

Chapinha

A desconfiança dos vereadores de Jundiá, nesta nova legislatura, é grande. Na quarta-feira, ao chegar na Câmara para acompanhar a entrega da Reforma Administrativa pelo prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB), Cícero da Saúde (PROS) se separou com um corredor de jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas. "Se soubesse que viriam eu tinha feito chapinha", brincou o vereador, que é careca.

Audiência pública 1

Na manhã de ontem, na Câmara de Jundiá, foi realizada audiência pública para prestação de contas da Secretaria de Finanças, relativas ao último trimestre do ano passado. O gestor José Antonio Parimoschi, apesar de afirmar em vários momentos que a apresentação seria técnica, não deixou de alfinetar a gestão passada por ter gasto mais que o arrecadado.

Audiência pública 2

A audiência na Câmara também serviu para que os vereadores tirassem dúvidas sobre os gastos públicos. A todo momento, o secretário Parimoschi afirmou que o grande desafio desta gestão é chegar ao equilíbrio financeiro, ou seja, não gastar mais que o previsto no orçamento.

Trem em evidência

Projetos em análise no Palácio do Planalto ligariam São Paulo a Americana, passando por Jundiá e Campinas, e Brasília a Goiânia, em trens com velocidade média entre 160 e 180 km/h; os investimentos estimados passam de R\$ 40 bilhões. Mas anúncios oficiais ainda devem ocorrer.

Nova empresa 1

Representantes da M3 Health, uma empresa especializada em ciência da vida e indústria 4.0, protocolou, na tarde desta quinta-feira (23), o processo de adesão ao programa Desenvolve Jundiá, o primeiro passo para a sua instalação na cidade. Os executivos foram recebidos pelo gestor de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Messias Mercadante, e pelos diretores de fomento à Indústria, Gilson Pichioni; e de Ciência e Tecnologia, José Dimas Gonçalves.

Nova empresa 2

Segundo Messias, o processo passará pela análise de todas as secretarias necessárias para que seja emitido um alvará de construção para a empresa. O gestor acrescentou que a previsão é de que a M3 Health comece a operar ainda este ano, no fim do segundo semestre. "É uma empresa importante que vai contribuir muito para o desenvolvimento da cidade."

JUSTIÇA ELEITORAL

Pendência ocorre porque cidadão deixou de votar em três pleitos consecutivos; prazo para regularizar começa no dia 2

Cinco mil eleitores de Jundiá podem ter o título cancelado

LUCIANA MÜLLER
lmuller@j.com.br

A ausência - sem justificativa - em três pleitos consecutivos coloca 4.977 títulos eleitorais de Jundiá em risco de cancelamento. O prazo para regularização começa no dia 2 de março e prossegue até 2 de maio. O número representa 1,7% do total de eleitores da cidade (291.405).

Os nomes dos cidadãos que correm o risco de ter o documento cancelado estarão afixados nos cartórios eleitorais a que correspondem. Não existe a possibilidade de fazer consulta pela internet. "As pessoas que não votaram nas três últimas eleições, ou seja, no pleito municipal do ano passado (1º e 2º turnos) e no segundo turno de 2014, estão em débito com o Cartório Eleitoral. A regularização é simples e pode ser feita em qualquer cartório. Basta apresentar o título e documento com foto, além de pagar a multa de R\$ 3,51 por pleito não votado", conta a chefe do cartório eleitoral da zona 424, Janessa Papatella.

Ainda de acordo com Janessa, entre os 4.977 eleitores com pendências, podem ocorrer casos em que houve justificativa e, por algum



REGULARIZAÇÃO Janessa Papatella, chefe de cartório, explica que é possível resolver pendências; processo é rápido

problema, a mesma não foi contabilizada. "Por isso, é importante que a pessoa também traga, se tiver, os comprovantes", conta. A impressão do boleto de multa pode ser feita pelo site do TSE (www.tse.jus.br), no item 'Eleitor', 'Serviços', 'Débito do Eleitor'.

Pelo levantamento feito do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), não é possível identificar qual o perfil dos eleitores em falta com o dever do voto. Contudo, o cancela-

mento do documento acarretará transtornos na hora de conseguir um financiamento imobiliário e também registro para acesso a benefícios concedidos pelo governo, entre outras dificuldades.

Em dados

O cartório que mais apresentou títulos com risco de cancelamento foi o 281, com 2.184 em relação ao total de 141.348. Já no cartório 65, com 75.057 elei-

tores registrados, 1.468 estão na lista de pendências do TSE. Apenas 1.325 eleitores do cartório 424 estão em débito. Lá estão registrados 75 mil eleitores.

Jennifer dos Santos Oliveira, 29 anos, não conseguiu votar nos dois últimos pleitos. "Tive problemas. Falar que o meu título estava suspenso. Não consegui votar. Agora terei de ir ao cartório para verificar qual a pendência e como resolver. Espero que consiga solucionar facilmente apenas pagando as multas. Ainda bem que o valor é pequeno. Se estivesse esperando por algum benefício do governo, estaria em dificuldades", comenta a moça, que passou mais de um ano desempregada.

TÍTULOS EM RISCO DE CANCELAMENTO EM JUNDIÁ

	A cancelar	Total
Zona 424	1.325	75.000
Zona 65	1.468	75.057
Zona 281	2.184	141.348
	4.977	291.405

Ou seja 1,7% dos eleitores da cidade não votaram nas três últimas eleições consecutivas

OFICIAL

Temer anuncia Serraglio para Ministério da Justiça

O Palácio do Planalto anunciou ontem que o deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR) será o novo ministro da Justiça. O peemedebista ocupará o cargo deixado por Alexandre de Moraes, que teve o nome aprovado pelo Senado para uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF).

Gaúcho, Serraglio elegeu-se deputado pelo estado do Paraná e está no quinto mandato consecutivo na Câmara. Ele ficou conhecido nacionalmente quando assumiu a reitoria da CPI dos Correios, que investigou o esquema do mensalão do PT em 2005.

Também ganhou projeção nacional no ano passado, quan-

do presidiu a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. Apontado como aliado do deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), Serraglio foi eleito para a CCJ em meio ao processo que tramitava no Conselho de Ética contra Cunha. Uma das tarefas do colegiado era analisar recurso que poderia anular o processo de cassação do ex-presidente da Câmara. Sob o seu comando, porém, o recurso da defesa de Cunha acabou rejeitado.

Nos últimos dias, com a recusa do ministro aposentado do STF Carlos Velloso, o nome do deputado do PMDB ganhou força para ocupar a pasta.

Serraglio costurou o apoio da bancada do PMDB para o cargo, além de ter conquistado a simpatia de outros partidos, especialmente de deputados da chamada bancada ruralista, da qual faz parte.

Ele, inclusive, foi o relator na Câmara em 2015 da proposta de emenda à Constituição (PEC) que tirava da Fundação Nacional do Índio (Funai) e passava para o Congresso Nacional a competência da demarcação como ministro da Justiça, Serraglio terá sob sua alçada justamente o comando da Funai.

Nesta quinta, após Serraglio conseguir o apoio da bancada ruralista, o PMDB fechou

questão em apoio ao seu nome para ocupar a Justiça.

Lava Jato

Serraglio disse que acertou com o presidente da República o compromisso de manter "distância" da Operação Lava Jato. "A ordem é manter distância porque a gente sabe que qualquer coisa que você faça, você se contamina, então é pra deixar pra lá", disse Serraglio.

A Polícia Federal está sob o guarda-chuva administrativo do Ministério da Justiça. Questionado se esse cenário de distanciamento é factível apesar de vários caciques do seu partido serem alvos da operação, o

peemedebista reforçou o discurso: "Imagina um ministro da Justiça pedir para alguém tergiversar nessa investigação? Isso seria a negação da República". A reportagem Serraglio disse que não sabia ainda das críticas contra a sua indicação feitas pelo vice-presidente da Câmara, Fábio Ramalho, que é do PMDB de Minas. A bancada mineira queria a vaga. "Mas Minas tem a vice-presidência da Câmara e vai ganhar a Comissão de Constituição e Justiça", disse, referindo-se a acordo para colocar no comando da principal comissão da Câmara o peemedebista de Minas Rodrigo Pacheco. (Das Agências)

'Prisão preventiva é essencial', diz Moro

Na decisão que deflagrou a nova fase da Operação Lava Jato, nesta quinta (23), o juiz federal Sérgio Moro voltou a rebater o que chamou de "críticas genéricas" contra as prisões preventivas, e disse que elas são essenciais para acabar com a "carreira criminoso" dos agentes de corrupção. "Embora drástica, (a prisão preventiva) foi essencial para interromper a carreira criminoso de Paulo Roberto Costa, Renato Duque, Alberto Youssef e Fernando Soares, entre outros, além de interromper, espera-se que em definitivo, a atividade do cartel das empreiteiras e o pagamento sistemático pelas maiores empreiteiras do Brasil de propinas a agentes públicos", escreveu o juiz em entrevista.

Conforme apurado pela reportagem, o magistrado destacou que, atualmente, apenas sete presos da Lava Jato estão detidos sem julgamento, de um total de 21. Para ele, a prisão preventiva, "embora excepcional", pode ser utilizada quando houver provas consistentes de autoria e de materialidade de crimes graves, protegendo a sociedade de novos crimes - o que é considerado um risco à ordem pública. Sérgio Moro decretou nesta quinta (23) a prisão preventiva de outros dois investigados: Jorge Luz e Bruno Luz, pai e filho, operadores de propina na Petrobras. Eles viajaram ao exterior nos últimos seis meses e são considerados foragidos. (Das Agências)

Para Serra, Senado é a chance de retomada de projeto político

Esmaecido politicamente, o ex-ministro José Serra afirmou a aliados que o retorno ao Senado poderia permitir sua volta à cena política. Para colaboradores de Serra, a saída do Ministério das Relações Exteriores, anunciada na noite desta quarta (22), é o único caminho de que o tucano dispõe para reativar seus projetos eleitorais a partir de São Paulo. Em conversas ocorridas antes de seu desligamento do Ministério, Serra queixou-se de "tédio". Também reclamou de seu isolamento político - produto de uma agenda consumida por assuntos internacionais - e da dificuldade de manter atividades no Estado São Paulo. O Senado cobre, por exemplo, gastos do escritório político de

cada parlamentar, benefício que perdeu ao assumir o cargo de chanceler. O ex-ministro lamentou ainda da falta de visibilidade. Suas ações no Ministério não tinham o efeito público desejado. Submetido a uma cirurgia na coluna em dezembro, Serra vinha se queixando de dores. Em fevereiro, após uma série de exames, foi aconselhado a evitar viagens. Ainda assim, confirmou participação na primeira reunião do G20, na Alemanha. Ao voltar de viagem, lamentou que uma viagem de mais de 12 horas tenha consumido tão pouco. Segundo tucanos, Serra passou a avaliar que o custo físico da permanência no ministério era muito maior do que os frutos políticos que ele conseguia obter

na pasta. Nas palavras de um amigo, a continuidade no cargo oferecia "poucos prós para muitos contras". Outro amigo de Serra definiu o Itamaraty como "um universo paralelo". O ex-presidente Michel Temer chegou a pedir para que Serra permanecesse mais algum tempo à frente do ministério, que desse ao governo um prazo para a busca de um nome. Mas, após ler um laudo médico apresentado por Serra, reconheceu que não havia forma de ele permanecer no cargo. Ainda segundo aliados, Serra cogitou deixar o anúncio da saída para depois do Carnaval, mas foi, aconselhado a não postergar a situação, até para evitar vazamentos e constrangimentos ao presidente. (Folhapress)